ANO V V. 108

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

18/08/2023 A 01/09/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Andressa Dourado, Daniela da Silva e Kelly Pereira
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	11
NORMAS MUNICIPAIS	14
NORMA EM DESTAQUE	15
INFORME LEGISLATIVO	17
FIQUE DE OLHO	18
ESTANTE VIRTUAL	19
NEL NA MÍDIA	20



ATUALIZADO EM 01/09/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta 108ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se em âmbito federal a publicação da **LEI Nº 14.653, DE 23 DE AGOSTO DE 2023**, que altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes. Enfatiza-se também o **DECRETO Nº 11.659, DE 23 DE AGOSTO DE 2023**, que regulamenta o disposto no inciso VII do § 2º, no § 3º e no § 5º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para estabelecer o percentual de distribuição de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, bem como a **RESOLUÇÃO CMN Nº 5.095, DE 24 DE AGOSTO DE 2023**, dispõe sobre os financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).

Já na esfera estadual, ressalta-se o **DECRETO Nº 3.302, DE 29 DE AGOSTO DE 2023**, que regulamenta as transferências voluntárias de recursos do Estado do Pará mediante convênios e as parcerias sem transferência de recursos, por meio da celebração de termo de cooperação técnica ou acordo de adesão. Além disso, apresenta-se como publicação relevante para o meio ambiente a **PORTARIA SEMAS Nº 1.765, DE 21 DE AGOSTO DE 2023**, que declara expressamente a revogação de Portarias editadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), cujos efeitos estão exauridos no tempo.

Na esfera municipal, o destaque é a publicação do **DECRETO Nº 107.922 - PMB, DE 11 DE AGOSTO DE 2023**, que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Na seção "Norma em Destaque", tem-se o destaque da publicação da **LEI Nº 14.653, DE 23 DE AGOSTO DE 2023**, que altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

O "Informe Legislativo" desta edição, comunica a publicação da **PORTARIA SEMAS Nº 1.765, DE 21 DE AGOSTO DE 2023**, que declara expressamente a revogação de Portarias editadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), cujos efeitos estão exauridos no tempo.

No "Fique de Olho", divulga-se a realização do **XXI CONGRESSO APRODAB**, que abordará o tema: "FLORESTAS TROPICAIS E SUSTENTABILIDADE GLOBAL: entre o conhecimento tradicional e a inovação, pegadas para a COP 30", a ser realizado nos dias 4, 5 e 6 de setembro. O evento contará com a presença do secretário Mauro O' de Almeida, secretário adjunto Raul Protázio e a coordenadora do jurídico da SEMAS, Dra.Tátilla Brito.

Na "Estante Virtual" desta edição, recomenda-se a leitura sobre **"ANÁLISE DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS METAS CLIMÁTICAS DO BRASIL: 1970 - 2021"**. A edição e do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) é uma iniciativa do Observatório do Clima que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. O material do SEEG é alusiva aos dez anos da iniciativa do Observatório do Clima e está disponível em formato digital.

Na seção "SEMAS na Mídia", traz a a consolidação de atos normativos realizados pelos Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, que analisou 181 atos administrativos, dentre os quais 74 foram considerados passíveis de revogação. Os atos revogados podem ser conferidos na íntegra.

Por fim, lembramos que o mês de setembro é marcado pela campanha setembro amarelo, de conscientização e prevenção ao suicídio. Para mais informações clique aqui e se precisar, peça ajuda!

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII docapute no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

LEI Nº 14.653, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

LEI Nº 14.663, DE 28 DE AGOSTO DE 2023. Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

DECRETO Nº 11.652, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

DECRETO Nº 11.655, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, que regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

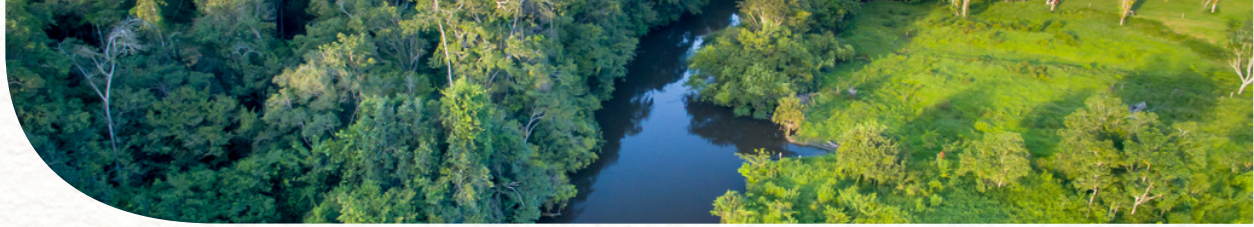
DECRETO Nº 11.659, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta o disposto no inciso VII do § 2º, no § 3º e no § 5º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para estabelecer o percentual de distribuição de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

DECRETO Nº 11.662, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica, firmado em Viena, em 19 de junho de 2019.

DECRETO Nº 11.663, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Promulga o Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, firmado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.666, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Promulga a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, firmada pela República Federativa do Brasil em Kigali, em 15 de outubro de 2016.

DECRETO Nº 11.669, DE 28 DE AGOSTO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de regulamentação da negociação das relações de trabalho no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 11.670, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

DECRETO Nº 11.671, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

DECRETO Nº 11.672, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Institui a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos.

DECRETO Nº 11.678, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para regulamentar disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador.

DECRETO Nº 11.679, DE 31 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Plano Brasil Sem Fome.

DECRETO Nº 11.680, DE 31 DE AGOSTO DE 2023. Convoca a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.095, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre os financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.102, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Ajusta normas do Manual de Crédito Rural (MCR).

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 4, DE 29 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre as etapas territoriais por etapa para a 4ª Conferência Nacional da Juventude

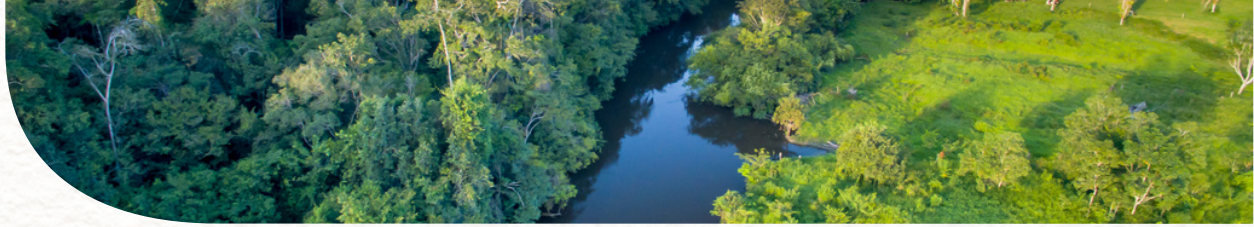
RESOLUÇÃO MDS Nº 2, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Aprova o Regimento Interno da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 6, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre as Etapas Temáticas da 4ª Conferência Nacional da Juventude.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8/GABIN/ICMBIO, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termo de compromisso para cumprimento das obrigações relacionadas à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a forma como se dará a execução dos recursos, no âmbito das Unidades de Conservação instituídas pela União e dá outras providências (processo nº 02070.011976/2022-23).

PORTARIA GM/MMA Nº 650, DE 17 DE AGOSTO DE 2023. Prorroga a vigência e execução do Projeto Áreas Protegidas Marinhas e Costeiras - Projeto GEF-MAR.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MCID Nº 1.033, DE 17 DE AGOSTO DE 2023. Altera a Portaria nº 743, de 20 de junho de 2023, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as regras e os requisitos para o processo de seleção de propostas, no exercício de 2023, destinadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais novas e à melhoria habitacional em áreas rurais, integrantes do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural.

PORTARIA MDS Nº 909, DE 18 DE AGOSTO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho - GT MDS Cuidados, e dá outras providências.

PORTARIA MTE Nº 3.222, DE 21 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho.

PORTARIA ICMBIO Nº 2.396, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana (processo nº 02122.001361/2019-31).

PORTARIA MID Nº 2.737, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Estabelece as Rotas de Integração Nacional como estratégia de desenvolvimento regional sustentável e inclusão produtiva da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

PORTARIA ICMBIO Nº 2.805, DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho do Componente Florestal do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora (processo nº 02070.004200/2023-38).

PORTARIA MJSP Nº 458, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Polícia Federal, no Estado do Pará.

PORTARIA GM/MMA Nº 660, DE 24 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho para a Destinação de Florestas Públicas Federais-GT-FPND, com o objetivo geral de promover a destinação das florestas públicas federais.

PORTARIA MPA Nº 127, DE 29 DE AGOSTO DE 2023. Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 883, DE 29 DE AGOSTO DE 2023. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que estabelece os procedimentos de transição para regular cadastros no Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção (e-Sisbi) de Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal não aderidos ao Sisbi-Poa, casos pendentes e definir parâmetros mínimos de análise dos pedidos de integração de Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal ao Sisbi-Poa, até a edição e publicação da regulamentação da Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MPI Nº 188, DE 30 DE AGOSTO DE 2023.
Institui Comissão Provisória, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, com vistas a elaborar diagnóstico e propor medidas para aprimorar o acionamento da Força Nacional de Segurança Pública, para sua atuação em terras indígenas.

34 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



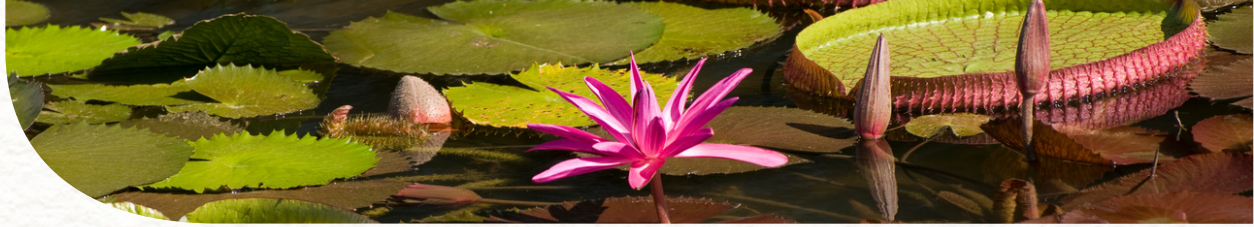
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI N° 10.021, DE 31 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a transformação da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE) em Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE), e cria o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção (CTPC) e a carreira de Auditor de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

DECRETO N° 3.289, DE 21 DE AGOSTO DE 2023. Homologa o Regimento Interno da Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN/PA), previsto no parágrafo único do art. 10 da Lei Estadual n° 9.049, de 29 de abril de 2020, que cria a Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN/PA).

DECRETO Nº 3.295, DE 28 DE AGOSTO DE 2023. Declara Estado de Emergência Zoossanitária no Estado do Pará, para fins de prevenção da Influenza Aviária H5N1 de Alta Patogenicidade (IAAP).

DECRETO Nº 3.302, DE 29 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta as transferências voluntárias de recursos do Estado do Pará mediante convênios e as parcerias sem transferência de recursos, por meio da celebração de termo de cooperação técnica ou acordo de adesão.

PORTARIA SEMAS N° 1.765, DE 21 DE AGOSTO DE 2023. Declara expressamente a revogação de Portarias editadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), cujos efeitos estão exauridos no tempo.

PORTARIA Nº 546/2023-PGE.G, DE 25 DE AGOSTO DE 2023. Aprova o "Manual da Consultoria Jurídica do Estado do Pará", elaborado por Comissão Especial constituída pela Procuradoria-Geral do Estado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convoca os Ministérios Públicos Federal e Estadual, as Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, os Órgãos Públicos e Privados, Instituições Governamentais e Não Governamentais e a População em Geral para participarem da Audiência Pública, objetivando: Informar à comunidade sobre o projeto JAGUAR de extração e beneficiamento mineral, de interesse da empresa CENTAURUS NÍQUEL LTDA, a ser localizado no município de São Feliz do Xingu, estado do Pará e seus potenciais impactos ambientais, visando possibilitar a discussão e o debate sobre o Relatório de Impacto Ambiental, no intuito de subsidiar a análise do processo por esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, para fins de licenciamento prévio.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições legais, comunica aos órgãos, instituições governamentais e não governamentais e à população que, em 17/08/2021, foi protocolado o processo nº 2021/26324, para análise nesta Secretaria, objetivando a concessão de licença ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do Projeto JAGUAR de responsabilidade da empresa CENTAURUS NÍQUEL LTDA referentes a EXTRAÇÃO MINERAL E BENEFICIAMENTO DE MINÉRIO DE NIQUEL.

NORMAS ESTADUAIS



08 ATOS NORMATIVOS E 02 EDITAIS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 107.922 - PMB, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 108.042 - PMB, DE 22 DE AGOSTO DE 2023. Institui e designa os membros do grupo de trabalho para sistematizar e organizar o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – PMPM, no âmbito do Município de Belém, e dá outras providências.

DECRETO Nº 108.061- PMB, DE 28 DE AGOSTO DE 2023.* Institui o Programa de Regularização Incentivada - PRI no âmbito do Município de Belém, e dá outras providências.

03 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS

03

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMAS EM DESTAQUE

LEI FEDERAL Nº 14.653, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

Alteração da LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 (Novo Código Florestal)

Entende-se por atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: As atividades com o objetivo de recompor a vegetação nativa no entorno de nascentes ou outras áreas degradadas, conforme norma expedida pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama);

Vide art. 3º, inciso X, alínea "J-a)", da Lei Federal nº 12.651/2012.

Alteração da LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

As Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras sob limitação administrativa nos termos da legislação ambiental serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais com uso de recursos públicos, conforme regulamento, com preferência para aquelas localizadas no entorno de nascentes, localizadas em bacias hidrográficas consideradas críticas para o abastecimento público de água, assim definidas pelo órgão competente, ou em áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica em processo de desertificação ou de avançada fragmentação.

Vide art. 9º, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.119/2021.



PARA CONFERIR A NORMA COM AS ALTERAÇÕES NA INTEGRA, CLIQUE AQUI NA IMAGEM AO LADO!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

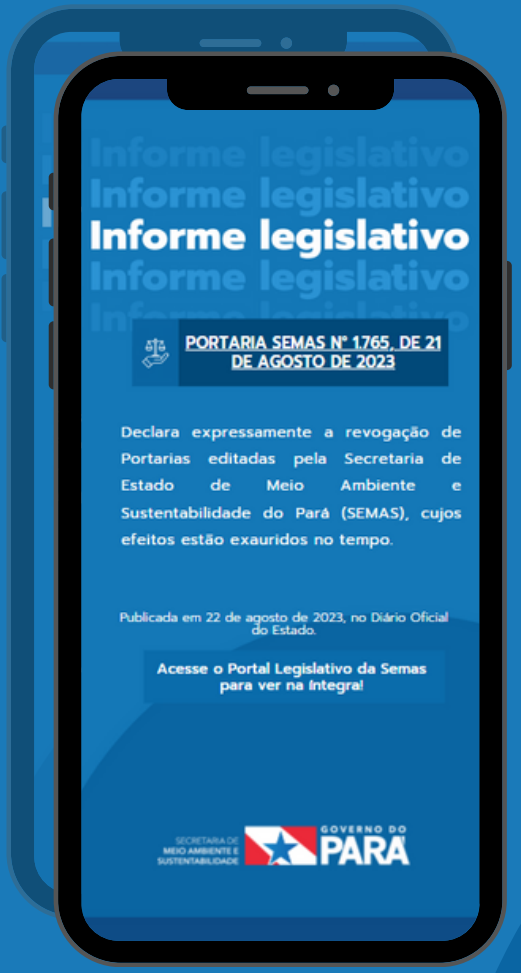


PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



PORTARIA SEMAS Nº 1.765, DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Declara expressamente a revogação de Portarias editadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), cujos efeitos estão exauridos no tempo.

Clique aqui para conferir a norma no Portal Legislativo

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



XXI CONGRESSO APRODAB

O evento é promovido pela Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB) e contará com a presença do secretário Mauro O' de Almeida, secretário adjunto Raul Protázio e a coordenadora do jurídico da SEMAS, Tátilla Brito.

Data: 4, 5 e 6 de setembro de 2023
Local: Auditório da PGE
Modalidade: Híbrido
Público Alvo: Evento aberto ao público, servidores e procuradores da PGE.
Organização: APRODAB
Apoio: ESAP - PGE/PA

Clique aqui para conferir a programação!

Para realizar sua inscrição, clique aqui.

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



ANÁLISE DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS METAS CLIMÁTICAS DO BRASIL: 1970 - 2021

A edição do SEEG é alusiva aos dez anos da iniciativa do Observatório do Clima. Nesta edição, foram realizas análises sobre a última década no tocante à mitigação climática (redução das emissões) de gases de efeito estufa. O estudo destaca um panorama das emissões brutas de gases de efeito estufa do Brasil, bem como realiza uma comparação com os anos anteriores e enfatiza a temática do desmatamento ilegal como uma das principais causas da problemática. Ademais, aborda que também que a Política Nacional de Clima continua sendo um instrumento para o país obter êxito rumo à economia de baixo carbono.

DISPONÍVEL NO FORMATO DIGITAL: CLIQUE AQUI.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NEL NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Eficiência da Gestão Ambiental na SEMAS e consolidação de atos normativos pelo Núcleo de Estudos Legislativos (NEL)

No estudo legislativo realizado pelo **Núcleo de Estudos Legislativo (NEL)**, para a consolidação de atos normativos, foram analisados 181 atos administrativos. Dentre os quais 74 foram considerados passíveis de revogação.

A revogação é oriunda de amplo trabalho realizado pelo nosso Núcleo Legislativo e vai proporcionar ao Estado uma gestão ambiental eficiente, bem como garantir segurança jurídica dos atos normativos editados pela Secretaria.



Clique aqui e confira na íntegra os atos revogados!



Rebeca Reitz - Coordenadora do NEL

Explica que esta revisão jurídica continua com novas análises e deverá ser concluída ainda este ano, como parte da Agenda Branca, que trata de questões administrativas. O produto final deste processo será a publicação de ementário das Portarias Administrativas da Semas elaboradas até 2023.

Fonte: ASCOM/SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br

SETEMBRO
Amarelo

Se precisar de ajuda, ligue 188